

HABEAS CORPUS Nº 477.504 - AC (2018/0293189-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : PATRICH LEITE DE CARVALHO
ADVOGADO : PATRICH LEITE DE CARVALHO - AC003259
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : ALCELENE CAMILO DA SILVA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRETENSÃO DE CONVERSÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM DOMICILIAR. ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE NO JULGAMENTO DO HC N.º 143.641/SP. INAPLICABILIDADE EM CASO DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. SUPERVENIÊNCIA DE ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALCELENE CAMILO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre proferido no HC n.º 1001923-16.2018.8.01.0000.

Consta dos autos que a Paciente – presa em flagrante, em 19/10/2017, com 1 porção de cocaína, com peso aproximado de 36 gramas, 10 porções de maconha, com aproximadamente 41 gramas e itens de preparação para venda de entorpecentes – foi condenada às penas de 10 (dez) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 1.460 (mil quatrocentos e sessenta) dias-multa, como incurso nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal, negado o direito de recorrer em liberdade.

A Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, buscando a substituição da prisão preventiva pela domiciliar. A ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa (fl. 36):

"HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO PELA PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE APLICAÇÃO. APLICAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA NO ÂMBITO DE HABEAS CORPUS COLETIVO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS FIXADOS PELA SUPREMA CORTE. ORDEM DENEGADA.

1. *Estando a decisão combatida sustentada em fatos concretos extraídos dos autos e, considerando ainda, que a aplicação da prisão domiciliar autorizada pelo legislador, no Art. 318, inciso III, do Código de Processo Penal, é faculdade da autoridade competente, não se revestindo de caráter obrigatório, a manutenção da prisão cautelar se impõe.*

2. *O Supremo Tribunal Federal, ao conceder a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, estabeleceu alguns requisitos, não preenchidos pela Paciente.*

3. *Ordem denegada."*

Neste *writ*, alega o Impetrante que a Paciente tem filha menor de 12 anos de idade, que é totalmente dependente dela, tendo direito à prisão domiciliar, com fundamento no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

A liminar foi deferida, por decisão por mim proferida às fls. 48-51.

Foram prestadas informações às fls. 56-59, 62-63 e 67-70.

O Ministério Público Federal manifestou-se à fl. 65, opinando "*seja mantida a negativa do direito de recorrer em liberdade, imposta pela instância de piso*".

É o relatório. Decido.

Não se desconhece que o Supremo Tribunal Federal concedeu *habeas corpus* coletivo (HC nº 143.641/SP, Relator Ministro Ricardo Lewandowski) às mulheres presas, gestantes, puérperas e mães de crianças menores de doze anos de idade ou portadoras de necessidades especiais. Contudo, a concessão do referido *writ* coletivo restringiu-se às hipóteses de **custódia cautelar**, conforme se extrai da ementa abaixo transcrita:

"HABEAS CORPUS COLETIVO. ADMISSIBILIDADE. DOUTRINA BRASILEIRA DO HABEAS CORPUS. MÁXIMA EFETIVIDADE DO WRIT. MÃES E GESTANTES PRESAS. RELAÇÕES SOCIAIS MASSIFICADAS E BUROCRATIZADAS. GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS. ACESSO À JUSTIÇA. FACILITAÇÃO. EMPREGO DE REMÉDIOS PROCESSUAIS ADEQUADOS. LEGITIMIDADE ATIVA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI 13.300/2016. MULHERES GRÁVIDAS OU COM CRIANÇAS SOB SUA GUARDA. PRISÕES PREVENTIVAS CUMPRIDAS EM CONDIÇÕES DEGRADANTES. INADMISSIBILIDADE. PRIVAÇÃO DE CUIDADOS MÉDICOS PRÉ-NATAL E PÓS-PARTO. FALTA DE

BERÇÁRIOS E CRECHES. ADPF 347 MC/DF. SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO. ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL. CULTURA DO ENCARCERAMENTO. NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO. DETENÇÕES CAUTELARES DECRETADAS DE FORMA ABUSIVA E IRRAZOÁVEL. INCAPACIDADE DO ESTADO DE ASSEGURAR DIREITOS FUNDAMENTAIS ÀS ENCARCERADAS. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. REGRAS DE BANGKOK. ESTATUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA. APLICAÇÃO À ESPÉCIE. ORDEM CONCEDIDA. EXTENSÃO DE OFÍCIO.

[...]

XIV – Ordem concedida para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar - sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP - de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), relacionadas neste processo pelo DEPEN e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício.

[...]" (HC 143641, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 20/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-215 DIVULG 08-10-2018 PUBLIC 09-10-2018; sem grifos no original.)

Importante mencionar, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE n.º 964.246 RG/SP, julgado sob o regime de repercussão geral, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a execução provisória da pena em segunda instância no sentido de que "[...] **a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal**" (ARE 964.246 RG, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, DJe de 25/11/2016).

No caso, conforme informações contidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, constata-se que o recurso de apelação interposto pela Paciente foi julgado em 20/12/2018. A Corte *a quo*, na oportunidade, negou provimento ao apelo e, em 21/01/2019, a Defesa interpôs recurso especial.

Por tal razão, fica superada a análise da tese constante da presente impetração, que tem por objeto a **conversão da prisão preventiva em domiciliar**, haja vista que a prisão da Paciente decorre agora de **execução provisória da pena** mantida em segunda instância, sendo inaplicável, portanto, o entendimento firmado pela Suprema Corte no HC n.º 143.641/SP.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

